

de Agripa Faria Alexandre,  
*Definições e trajetórias  
das práticas ambientais no Brasil*

(Florianópolis, EdUFSC, 2010 (no prelo))

*Paulo J. Krischke*

**D**esde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, reunida no Rio de Janeiro em 1992, parece haver um consenso mundial acerca da necessidade de um “desenvolvimento sustentável” como superação do atual modelo internacional de (des)organização e (des)regulamentação da economia. Mas será que esse consenso de mudança existe realmente? Ou trata-se apenas de uma peça publicitária, jurídica e jornalística, divulgada pela mídia, as declarações internacionais e as campanhas eleitorais?

Pois afinal, quando se trata de saber mais exatamente o que vai ser feito para mudar, parece haver muita divergência acerca do(s) significado(s) do “ambientalismo” e da “sustentabilidade”. Para dar só um exemplo atual, os poucos resultados da reunião da ONU sobre as mudanças climáticas, realizada em Copenhague – dezembro de 2009 –, não acordaram nenhuma ordenação sobre a prioridade dos investimentos no mundo fortemente abalados pela crise e desarticulação financeira de 2008. Ou seja: seguiremos injetando os recursos públicos aleatória e incondicionalmente, apenas para evitar a sangria dos grandes empresários?

Um dos méritos deste livro é o questionamento desse falso consenso sobre o significado do “ambientalismo” e outras palavras da moda, que todos aplaudem, às vezes sem reconhecer os seus (muitos) significados. Entre outras coisas, o livro retrata a própria diversidade interna do movimento ambientalista em todo o Brasil, mostrando na prática que não existe acordo sobre o tema, mesmo entre os militantes “verdes”.

Estes textos de Agripa Faria Alexandre surpreendem agradavelmente os seus leitores – colegas, amigos, ex-alunos, ex-professores – e, talvez, ainda mais, aqueles que os encontram aqui pela primeira vez. O livro se divide em breves capítulos, todos de fácil leitura, encadeados na linha central de esclarecimento do tema. O primeiro capítulo convoca os leitores ao problema conceitual de partida: o contraste entre teoria e prática,

ideologia e reflexão teórica, incentivando uma visão interativa do problema.

O segundo capítulo prossegue, ao admitir as múltiplas tarefas interrelacionadas da ecologia política, que subjazem à tipologia internacional adotada pelo estudo. O capítulo seguinte discorre sobre os dados da pesquisa nacional do autor, que descrevem e interpretam a diversidade teórica e prática dos projetos ambientalistas, em todas as regiões do país.

As últimas partes do livro focalizam os possíveis desenlaces desse cenário de múltiplas tendências. É atribuída ao Estado brasileiro a continuidade do protagonismo, que já tem assumido desde o início dos debates ambientais no país. Isto garante “a sustentabilidade como dado estruturante das práticas ambientais”, culminando na ação internacional sobre as mudanças climáticas, e em defesa da biodiversidade.

O fio condutor deste livro poderia não surpreender ninguém, já que alguns dos seus capítulos circularam anteriormente sob outras formas, no sério formato de revistas acadêmicas, ou ainda como parte da tese doutoral do autor. Porém sua junção neste livro é surpreendente, primeiro porque a habilidade literária do autor transmite sua mensagem de um modo inesperado, fluente e coloquial, que usualmente passa distante dos textos acadêmicos.

E não se trata apenas de uma competência simples, de manejo jornalístico da linguagem cotidiana. Isto, aliás, também é difícil de conseguir, e os jornalistas e ficcionistas profissionais se esmeram no cultivo e atualização escrita da linguagem coloquial. Mas o inesperado e surpreendente dos textos de Agripa Faria Alexandre reside não apenas na sua forma, mas, principalmente, em seu conteúdo. E aqui devemos assinalar mais de uma condição para o conteúdo inesperado deste livro.

A primeira condição é bastante usual e necessária, para todos os relatos de pesquisadores e doutores universitários. Trata-se da contribuição original, de inovação e descoberta, que todo trabalho científico deve proporcionar aos seus leitores, e à comunidade acadêmica em especial. Afinal, a formação universitária de um docente ou pesquisador com doutorado constitui um grande investimento social, familiar e pessoal, que esse profissional deve retornar à sociedade, sob a forma de novos conhecimentos que serão compartilhados pela comunidade.

Mas o inesperado do conteúdo deste livro é que nele o autor reformula, redefine e inova em cada capítulo, muito daquilo que ele mesmo havia escrito ou publicado antes, em textos independentes. Esses trabalhos relatam pesquisas feitas ao longo dos últimos anos, que esclareceram aspectos sucessivos do tema central. Contudo, me apresso a esclarecer também que esta sensação de mudança pode ser apenas uma apreciação equivocada, que tive dos trabalhos anteriores do autor. E ele é certamente livre para reformular ou rerepresentar o seu pensamento como e quando queira. Seja como for, o conteúdo deste livro manifesta uma capacidade de inovação e criatividade, que vem surpreender todo aquele que já ouviu falar em ambientalismo e sustentabilidade no Brasil.

A segunda condição que o texto exhibe, para justificar o conteúdo variável que articula, numa concepção inovadora do tema, é a conceituação teórico-metodológica de “polissemia”. O autor refere à fonte que invoca; no meu entender, trata-se de reconhecer a existência de diferentes e até opostas definições semânticas – ou seja, acerca do significado dos vários subtemas e processos, tais como os de sustentabilidade, meio ambiente, desenvolvimento, democracia etc. Se há, assim, uma pluralidade de definições e conceitos diferentes sobre esses assuntos tão candentes da atualidade mundial e brasileira, não é de estranhar que o próprio autor tenha revisto e esteja constantemente aperfeiçoando sua visão dos mesmos.

“Que coisa rara!” poderia dizer o leitor afeito a encontrar esses temas travestidos pela mídia e os discursos oficiais – como dotados de “seriedade científica”, “objetiva”, materialidade indiscutível e consensualmente reconhecida por todos. Ou ainda, como temas que, além de “naturalizados” como inescapáveis, são também “sobrenaturalizados” quando relacionados a uma religiosidade subjacente – como se o aquecimento global fosse sinônimo de Juízo Final, castigo imperdoável pelos nossos pecados. E não como a crise histórica que é realmente: a consequência de decisões e escolhas equivocadas, que talvez ainda poderiam ser corrigidas por outras ações contrárias.

O caráter histórico desse debate merece nossa atenta consideração. Convém recordar a concepção de polissemia adotada por Mikhail Bakhtin, o grande linguista russo, que foi perseguido pelo Stalinismo: “As palavras são tecidas de uma multidão de fios ideológicos, e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios.” (*Le marxisme et la philosophie du langage. Essai d'application de la méthode sociologique en linguistique*, Paris,

Minuit, 1977: 38) Portanto, “cada palavra apresenta-se como arena reduzida, onde se entrecruzam e disputam orientações contrárias” (idem: 67).

Bakhtin também logo pergunta:

Como conciliar a polissemia da palavra erigida em princípio e a sua unicidade? Uma palavra oni-significante é realmente uma palavra? Pois bem: é sim. A multiplicidade de significações é o que constitui uma palavra como tal. É a pluralidade de acentuações da palavra que a torna viva (ibidem: 115-116; 145-146).

A significação é o efeito da interação entre o locutor e o receptor. É a faísca elétrica que brilha no contato entre pólos opostos. Somente a corrente da comunicação fornece à palavra a luminosidade do seu significado (ibidem: 147).

Esta concepção de polissemia recusa qualquer conotação relativista. Nem todas as definições do tema têm o mesmo peso ou valor histórico. Nas palavras de Bakhtin,

É apenas na medida em que a obra é capaz de estabelecer um vínculo orgânico e ininterrupto com a ideologia do cotidiano de uma época dada, que torna-se capaz de viver nessa época (e isto, bem entendido, nos limites de um dado grupo social) (ibidem: 131).

Pensei concluir esta apresentação com outro conceito-chave de Bakhtin, sobre “carnavalização”, mas como não há espaço, termino apenas com um exemplo (cf. Mikhail Bakhtin, *François Rabelais et la culture populaire sous la Renaissance*, Paris, Gallimard, 1970). O termo se refere à cultura popular em veia satírica, para mostrar a inversão que estabelece a ideologia do cotidiano, frente àquelas tradições “sérias” da ciência ou da religião dominante. Eis o exemplo: as palavras divulgadas pelo noticiário internacional, do presidente Luis Inácio Lula da Silva, durante a Convenção da ONU sobre a mudança climática em Copenhague, dezembro de 2009: “Eu vim aqui porque creio em Deus, e acredito em milagre! Não poderia deixar de participar deste milagre!”

Não será por acaso que o presidente recebeu dos empresários, logo a seguir, o título de Estadista Global, do Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, janeiro de 2010. Ele faz por merecer o título, e certamente não é o único!